



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638647 - MS (2021/0001478-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : SHARON LOPES SILVA
ADVOGADO : SHARON LOPES SILVA - MS021820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : REGIANE CRISTIELLY MATTOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGIANE CRISTIELLY MATTOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1416518-75.2020.8.12.0000).

A paciente "foi condenada em definitivo à pena de 08 (oito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento 875 (oitocentos e setenta e cinco) dias-multa, na fração mínima, pelos crimes descritos nos artigos 33, caput, c.c 40, VI, da Lei 11.343/2006" (fl. 18).

O impetrante sustenta que, "ao analisarmos o caso em tela, podemos identificar clara e notória a coação ilegal sofrida pela Paciente, pois ela encontra-se reclusa no Presídio Feminino de Campo Grande MS, mesmo tendo direito de recolhimento domiciliar em razão do prejuízo ao bem estar e saúde de suas filhas menores de idade pelas quais ela é a única responsável e ainda assim teve seu direito negado" (fl. 4).

Nesse contexto, discorre que, por ser mãe de duas crianças menores, se enquadraria nos preceitos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que lhe seja restabelecida a saída com recolhimento domiciliar ou a conversão da pena em prisão domiciliar "para que a mesma possa dar continuidade ao tratamento médico essencial (asma e psicológico) de suas filhas, dos quais ela é a única responsável" (fl. 12) ou, subsidiariamente, a antecipação da progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente